

INFLAÇÃO CHOQUE E ALTA ANSIEDADE

Luiz Carlos Bresser-Pereira

IstoÉ-Senhor, 17.08.1988

Existe uma ansiedade generalizada na sociedade brasileira em relação à elevação da inflação para 24 por cento em julho último. Ansiedade que se soma à perplexidade. O diagnóstico monetarista oficial de que a inflação seria devida ao déficit público novamente provou estar errado. O governo, com um déficit público operacional de 1 por cento no primeiro semestre, está cumprindo com folga sua meta de 4 por cento para o ano. Por outro lado, oferta de moeda está aumentando menos do que o projetado pelas autoridades monetárias, na medida em que a economia se desmonetiza com a aceleração da inflação. O déficit público, ou, mais precisamente, a crise fiscal estrutural do setor público continua a ser a causa fundamental da crise econômica que o Brasil atravessa, mas confirma-se a teoria da inflação inercial: não será simplesmente combatendo-se o déficit público que combaterá uma inflação que caminha lenta mas inexoravelmente para a hiperinflação.

Os empresários, que em um certo momento voltaram a acreditar no monetarismo - porque afinal o monetarismo é atraente para a classe empresarial - desiludem-se mais uma vez. Percebem ou desconfiam que o monetarismo é muito mais uma ideologia neo-liberal do que uma teoria econômica capaz de explicar taxas elevadas de inflação como a brasileira. E voltam a falar em pacto social através do qual se definiria um redutor para salários e preços. Mário Henrique Simonsen sugere que o redutor deveria ser na OTN, mas acrescenta que ao mesmo tempo dever-se-ia provocar uma violenta redução na oferta de moeda, de forma a compensar a queda na taxa de juros para os aplicadores, provocada pelo redutor da OTN, por uma elevação dessa mesma taxa acima da OTN reduzida.

Ao falarem em pacto social e em redutor, ou seja, ao proporem medidas administrativas para combater a inflação, os empresários estão reconhecendo que a inflação brasileira é inercial - porque uma inflação inercial só se combate com medidas administrativas. Querem, porém, como Simonsen também quer, que essas medidas sejam graduais. Ora, políticas administrativas graduais só são efetivas quando a inflação inercial está em um nível muito mais baixo do que o atual. Além disso querem substituir a URP por outra forma de indexação de salários, de forma que esta suba em

setembro de 17,68 para cerca de 22 por cento. Ora, uma proposta desse tipo não faz qualquer sentido para os trabalhadores, inclusive porque na URP já existe embutido um redutor inflacionário quando a inflação é ascendente.

A proposta de Simonsen, por sua vez, além de irrealista no seu gradualismo (a taxa de inflação não é mais 40 por cento ao ano, quando esse tipo de política baseada em uma certa ilusão monetária podia funcionar), é perigosa. Nada garante que se logrará compensatoriamente elevar a taxa de juros acima da OTN reduzida. O mais provável será uma perda de confiança na correção monetária, que nos poderá levar rapidamente à dolarização e à hiperinflação.

E no entanto algo terá que ser feito para segurar a marcha ascendente da inflação. Um novo congelamento, ainda que chamado de "pacto social", como fizeram os mexicanos, é a única saída. E provavelmente será a alternativa adotada. Como, entretanto, será feito in extremis, será provavelmente mal feito. Não será acompanhado de um choque fiscal e de um choque da dívida externa que resolvam de vez o desequilíbrio financeiro estrutural do setor público. E, assim, estagnação e inflação voltarão a prevalecer um pouco mais adiante.